



**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE RECURSOS
MINERAIS (CT-MINERAL)**

Data: 04/03/2013

Horário: das 09:00h às 13:00h

Local: CNPq – BRASÍLIA - DF

1. PRESENTES

1.1- Membros e Representantes do Comitê Gestor

Alvaro Toubes Prata – Presidente e Membro titular do MCTI
Rodrigo Balthazar Novis – Membro titular da FINEP
Natacha Carvalho Ferreira Santos – Representante do membro do CNPq
Elzivir Azevêdo Guerra – Representante do membro do MME
Alexandre Trajano de Arruda – Representante do membro do DNPM
Mário Ernesto Giroldo Valério – Membro titular da Comunidade Científica

Ausência Justificada

Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo – Membro titular do CNPq
Carlos Nogueira Costa Júnior – Membro titular do MME
Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa – Membro titular do DNPM
Marcelo Ribeiro Tunes – Membro titular do setor produtivo

1.2 – Equipe Técnica e Convidados

Cristina Ferreira Correia Silva – MCTI/SETEC
Edmilson Costa – IBRAM
Eduardo A. D. Moresi – CGEE
Eduardo Soriano – MCTI/SETEC
Fábio Barreto - MCTI/ASCOF
Monique Silva – MCTI/ASCOF
Rodrigo Guerra – MCTI/ASCOM
Tássia de Melo Arraes – MCTI/SETEC

2. PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura - Presidente do Comitê
2. Aprovação das Atas da 1ª Reunião Extraordinária de 2012 e da 27ª Reunião Ordinária do CT-Mineral
3. Execução das ações aprovadas para 2012
 - 3.1. Balanço das ações do Fundo no âmbito da FINEP
 - 3.2. Balanço das ações do Fundo no âmbito do CNPq
4. Cenário do Orçamento do FNDCT para 2013
5. Discussão e deliberação sobre as ações a serem apoiadas pelo CT-Mineral em 2013
6. Documentos do Fundo Setorial
 - 6.1. Manual Operativo e Regimento Interno
 - 6.2. Documento de Diretrizes
7. Outros Assuntos:
8. Calendário de reuniões de 2013.

3. ANDAMENTO DA REUNIÃO

3.1. Boas vindas do presidente do Comitê

A reunião foi aberta pelo Presidente do Comitê Gestor e Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI, Sr. Alvaro Toubes Prata, que deu boas vindas a todos os presentes. O Presidente leu a pauta da reunião e questionou se os membros gostariam de incluir algum tema para a discussão. Todos concordaram com a pauta da reunião.

3.2. Aprovação das Atas da 1ª Reunião Extraordinária de 2012 do CT-Mineral e da 27ª Reunião Ordinária do CT-Mineral

O Presidente submeteu, inicialmente, a ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2012 para discussão.

O Sr. Elzivir, representando o MME, solicitou que constasse de forma mais pormenorizada, as linhas de pesquisa apontadas como prioritárias e estratégicas para o País em cada uma das apresentações realizadas durante a Reunião.

Adicionalmente, na página 7 do mesmo documento, o representante do membro do MME, solicitou que no fim do terceiro parágrafo passasse a constar a seguinte redação: "O Sr. Elzivir Guerra lembrou que o CT-Mineral aprovou um edital em 2009, na área de recursos humanos, englobando os temas discutidos em questão. Esta ação, embora não tenha sido implementada, permanece atual".

O Sr. Elzivir solicitou ainda que no fim da seção 4.8 - P,D&I em Minerais Não Metálicos constasse o seguinte registro: "O Sr. Elzivir destacou a necessidade do CT-Mineral dar continuidade ao apoio à transferência de disseminação de tecnologia para cadeias produtivas de minerais não metálicos organizadas em APL de base mineral".

O Sr. Alexandre Arruda, representante do membro do DNPM, solicitou que, após o acréscimo referente ao desenvolvimento de recursos humanos indicado pelo Sr. Elzivir no referido documento, constasse o seguinte registro: O Sr. Alexandre Arruda destacou que o DNPM entende como fundamental o apoio ao desenvolvimento de recursos humanos para amparar e possibilitar as transformações decorrentes da nova política e do novo marco regulatório de melhoria da gestão do aproveitamento dos recursos minerais.

A Ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2012, com as alterações acima citadas, foi aprovada por unanimidade.

Posteriormente, o Presidente submeteu a ata da 27ª Reunião Ordinária do CT-Mineral para discussão.

O Sr. Elzivir solicitou que no Item 8, página 6, constasse: "O Sr. Carlos Nogueira propôs a revisão da Nota Técnica, pois baseia-se em uma visão subjetiva da consultoria e não reflete as diretrizes da Política Federal para o Setor."

O Sr. Alexandre Arruda, representante do membro do DNPM, pediu para que se incluisse no Item 5, página 6, que "O Sr. Alexandre Arruda acrescentou que o DNPM, como o órgão executor da política mineral brasileira, concorda com as temáticas prioritárias dentro do planejamento orçamentário do Fundo, uma vez que detecta em suas atividades a relevância das temáticas."

O Sr. Elzivir solicita a correção, ao longo do documento em todas as suas ocorrências, do termo "carvão metalúrgico" por "carvão mineral".

A Ata da 27ª Reunião Ordinária do Fundo, com as alterações acima citadas, foi aprovada por unanimidade.

3.3. Execução das ações aprovadas para 2012

▪ *Balanço das ações do Fundo no âmbito da FINEP*

Em relação à execução das ações aprovadas em 2012, o Representante da FINEP, Rodrigo Novis, esclareceu que não havia acréscimos significativos a realizar a última apresentação realizada no fim do último ano. Concentrou-se, no entanto, no pedido de esclarecimento referente à taxa de administração e às despesas operacionais realizado na última reunião.

Os dados referentes à execução no dia 31/12/2012, bem como os valores detalhados da taxa de administração e despesas operacionais, pode ser assim resumido:

Quadro 1. Execução Orçamentária do CT-Mineral 2012 / FINEP

Valor aprovado PLOA		R\$ 8.467.162,00
Transferências para CNPq		R\$ 3.770.101,85
Empenhado pela FINEP		R\$ 953.831,00
Total Despesas Operacionais e Taxa de administração*		R\$ 295.928,85
*Taxa de administração (2%)	Limite R\$ 169.343,24	Util. R\$ 169.343,24
Despesas Operacionais (3%)	Limite R\$ 254.014,86	Util. R\$ 126.585,61

Desta maneira, o detalhamento revela que as despesas operacionais representam 1,49% do valor aprovado para o Fundo na PLOA, quando poderiam corresponder até 3% do mesmo valor de referência.

Em relação aos projetos em andamento, o representante lembrou que no ano de 2012 o Comitê Gestor aprovou apenas a "Encomenda para retomada da pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação na área de terras raras no Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – CETEM/MCTI". Esta encomenda foi repassada para implementação por parte do CNPq.

Os projetos em andamento, resultados de ações aprovadas em exercícios anteriores, sob acompanhamento da FINEP foram sintetizados no seguinte quadro:

Quadro 2. Principais Projetos em Andamento – CT-Mineral / FINEP

PROJETOS EM ANDAMENTO	VALOR (R\$)
Cerâmica vermelha da região central do Estado do Tocantins	349.125,00
Projeto Cooperativo em Rede do Arranjo Produtivo de Opala nos Municípios de Pedro II e Buriti dos Montes - Etapa 2	322.987,55
Apoio a Normalização e Avaliação da Conformidade do Setor de Gemas, Jóias e Afins	1.057.140,00
Apoio à Normalização e Avaliação da Conformidade de Rochas Ornamentais	1.243.955,47
Apoio à Normalização e Avaliação da Conformidade do Gesso Natural e seus Derivados	817.488,00
Capacitação Laboratorial da Rede Geochronos - Laboratório de Geocronologia da UnB	214.500,00
Extensão da Capacidade Analítica do Lamin para Atender Águas Superficiais e Subterrâneas	142.813,40
Implantação de infraestrutura de pesquisa no novo campus UFF do Pólo Universitário de Volta Redonda.	904.155,00
Cenários para a Amazônia: Uso da terra, Biodiversidade e Clima	2.754.994,48
TOTAL	7.807.158,90

▪ *Balanço das ações do Fundo no âmbito do CNPq*

A responsável técnica do CNPq, Natacha Santos, informou que as ações em andamento na Agência com recursos oriundos do CT-Mineral são três editais (56/2008, 12/2009, 44/2010) e três encomendas ("Rede Geochronos", "APL Mineral" e "Terras Raras").

A apresentação, visando não repetir informações previamente fornecidas em outras reuniões, consistiu em uma atualização dos dados referentes à execução das ações em andamento.

O edital 12/2009, realizado em cooperação com a empresa Vale, terá a maior parte de seus projetos encerrados no meio do ano, com exceção daqueles que encaminharam pedido de renovação.

O edital 56/2008 já teve alguns convênios encerrados e outros renovados.

Referente ao edital 44/2010, foram empenhados R\$ 1.591.139,69 até setembro de 2012. Restam ainda R\$ 572.972,72 a empenhar e um total de R\$ 2.164.112,41 a ser pago. Devido ao fato do orçamento federal ainda não ter sido aprovado até aquela data, apenas o recurso de bolsas foi disponibilizado.

A encomenda "Terras Raras", aprovada em dezembro de 2012, previu o desembolso de R\$ 1.399.571,50, em itens de custeio e capital, e R\$ 599.400,00 em bolsas DTI. O andamento da encomenda é normal e do total de R\$ 1.998.971,50, já foram empenhados R\$ 1.077.262,69. A previsão de empenhos de 2013 corresponde a R\$ 599.400,00 em Bolsas (7 DTI), R\$ 259.463,19 em despesas de capital e R\$ 62.845,62 em despesas de custeio. Já a Encomenda "RedeAPLMineral" tem apresentado dificuldade na execução. Isto porque a titular do projeto tem apresentado seguidas pendências junto à Agência e outros órgãos federais, o que impossibilita o repasse de recursos.

A Encomenda "Rede Geochronos" passou por uma mudança de titularidade, os recursos foram devolvidos e então repassados em totalidade para o novo titular. O projeto segue em andamento normal com o pagamento de bolsas.

3.4. Cenário do Orçamento do FNDCT para 2013

Antes de dar seguimento propriamente à apresentação do Orçamento 2013, o presidente desejou pautar uma questão levantada a respeito dos procedimentos de votação e representatividade por parte de substitutos eventuais dos membros titulares do Comitê Gestor. Dos 7 membros titulares, havia na reunião 3 presentes e 4 representados (levando em conta que o membro do setor produtivo enviou o Sr. Edmilson para acompanhar a reunião), conforme explicitado na primeira parte deste documento. Entendeu-se conjuntamente que, conforme proposto pelas minutas do Regimento Interno e do Manual Operativo do Fundo, os membros do setor governamental poderiam se fazer representar por substitutos aprovados pelo Presidente do Comitê.

O Presidente do Comitê seguiu então com a apresentação do Cenário Orçamentário de 2013 para o FNDCT. Ressaltando que a Lei Orçamentária ainda não havia sido aprovada, o Presidente explanou sobre este cenário que pode ser resumido no seguinte quadro:

Quadro 3. Cenário Orçamentário FNDCT 2013

	Valor em R\$ milhões
TOTAL GERAL FNDCT + FPDTE	4.463
FPDTE - Operações de Crédito	1.059
PLOA 2013 - FNDCT	3.404
Instrumentos - Programa Inovação para a Competitividade	510
Equalização	309
Participação da União no Capital da FINEP	100
Investimento em Empresas Inovadoras	100
Garantia de Liquidez	1
Subvenção Econômica	369
Outras ações - Fonte 100	23
Ações Transversais - OS	108
Ações específicas dos Fundos Setoriais	2.395
Ações Verticais	1.161
Ações Transversais	1.234

Em relação ao cenário específico do CT-Mineral para 2013, o Presidente do Comitê esclareceu que, devido ao esforço adicional da FINEP no fim do último ano, R\$ 380.000,00 de compromissos anteriores foram

executados. Este valor representa a diferença positiva no saldo para novas ações em 2013 apresentado em fevereiro, quando comparado à expectativa apresentada em novembro do último ano. O cenário pode ser resumido no seguinte quadro:

Quadro 4. Cenário Orçamentário CT-Mineral 2013

Valor em R\$ milhões

CT-MINERAL	Taxa + Despesa (2%+3%)*	SALDO DISPONÍVEL PARA 2013	Compromissos anteriores			Saldo para novos TR's 2013 (Base: 01/Fev/13)	Saldo para novos TR's 2013 Base: 23/nov/12)	Diferença entre Fev/2013 e Nov/2012
			FINEP	CNPq	TOTAL			
8,47	0,42	8,04	0,36	1,29	1,65	6,39	6,02	0,38

3.5. Discussão e deliberação sobre as ações a serem apoiadas pelo CT-Mineral em 2013

De acordo com o Presidente do Comitê, a SETEC do MCTI está organizada em seis programas estruturantes: SIBRATEC, EMBRAPPII, Nanotecnologia, PNPI, Energias Renováveis e Terras Raras. Destes, apenas os dois últimos contam com aporte de recursos dos fundos setoriais, respectivamente, CT-ENERG e CT-MINERAL. Por este motivo, o aporte adicional de recursos dos Fundos Setoriais para ações de natureza transversal possibilita a alavancagem de recursos para os programas estruturantes.

Na última reunião do Comitê, em novembro de 2012, foi apresentada a sugestão de se destinar até R\$ 4 milhões do orçamento do CT-Mineral para uma ação na temática de terras raras e R\$ 2 milhões para as demais áreas priorizadas — lítio, carvão mineral e agrominerais. Esta decisão, segundo o Presidente do Comitê, contribuiu com sucesso para alavancar recursos transversais para outras ações da SETEC.

A proposta, portanto, é de concentrar o investimento do CT-Mineral em duas ações. A primeira delas seria um edital para apoio de pesquisa, desenvolvimento e inovação e formação de recursos humanos nas áreas de lítio, carvão mineral e agrominerais, com projetos na faixa de R\$ 300 mil a 400 mil, com prazo de desembolso de dois anos e vigência de quatro anos. Esta ação totalizaria R\$ 4 milhões do CT-MINERAL.

A segunda ação contaria com aporte de R\$ 4 milhões do CT-Mineral e aporte adicional de R\$ 5 milhões oriundos da Ação Transversal, e consistiria em um edital para selecionar projetos cooperativos na área de terras raras, com valores entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão.

O representante do Ministério de Minas e Energia/MME comentou que estes recursos são de pequena monta face à demanda em pesquisa nas áreas priorizadas e demonstrou preocupação com o fato de que a arrecadação do fundo embora seja crescente, o percentual revertido efetivamente para o orçamento do CT-Mineral tenha diminuído. Este descompasso, segundo ele, é ainda mais crítico na medida em que as demandas por pesquisa crescem e os recursos para o CT-Mineral não crescem na mesma medida que a arrecadação. Esta informação pode ser demonstrada no seguinte quadro por ele apresentado: Quadro 5. Relação entre arrecadação e LOA para o fundo CT-Mineral – R\$ por ano

Anos	Arrecadação (A)	LOA + Crédito(B)	B/A (%)
2001	2.516.778	2.685.537	107
2002	3.261.357	3.220.800	99
2003	4.750.734	5.000.000	105
2004	4.836.008	5.000.000	103
2005	6.502.007	6.352.109	98
2006	7.453.803	7.600.000	102
2007	8.755.963	8.860.148	101
2008	13.727.642	8.913.756	65
2009	11.884.413	11.919.995	100
2010	17.353.630	12.000.000	69
2011	25.045.458	7.930.312	32
2012	29.377.920	9.137.186	31

O representante do Departamento Nacional de Produção Mineral/DNPM demonstrou preocupação em relação ao descompasso entre as projeções de ampliação da produção mineral e dos *royalties* da mineração

e o aporte de recursos para a inovação científica e tecnológica. Outro aspecto por ele destacado foi a fundamental necessidade de sincronização entre governo, universidade e instituições de pesquisa no sentido de promover a pesquisa e a formação de pessoal para o cumprimento das políticas governamentais de reforma do setor.

O membro representante da comunidade acadêmica destacou a premência de se fazer cumprir a determinação de reservar a parte legalmente prevista da arrecadação para investimento em C,T&I no setor de Recursos Minerais.

O representante do membro do MME aproveitou o ensejo para reiterar o pedido ao Conselho Diretor do FNDCT de reduzir ou eliminar o contingenciamento do Fundo.

O Presidente do Comitê esclareceu que de fato há um planejamento do FNDCT sobre a destinação da arrecadação dos recursos dos Fundos. No entanto, por questões inerentes à dinâmica da previsão do orçamento federal, os recursos arrecadados alimentam também o montante geral do tesouro, não sendo, portanto, completamente direcionados ao próprio FNDCT.

Concluiu-se, após profícua discussão, a importância da mobilização dos membros do Fundo no sentido de requerer os ajustes das diversas variáveis no processo orçamentário para a realização, em sua total potencialidade, do incremento da capacidade científica, tecnológica e inovadora do País no setor de Recursos Minerais.

Retomando a discussão a respeito das ações a serem apoiadas pelo fundo, foi proposto que o edital para apoio de pesquisa, desenvolvimento e inovação e formação de recursos humanos nas áreas de lítio, carvão mineral e agrominerais fosse implementado pelo CNPq. A segunda ação, o edital na Temática de Terras raras, pela característica de cooperação universidade-empresa, seria direcionada à FINEP. Foi solicitado ainda que neste edital fosse avaliada a possibilidade de criar duas faixas de projeto, para contemplar projetos cooperativos e projetos de característica mais acadêmica.

O Sr. Rodrigo Novis, representante da FINEP, apresentou algumas considerações sobre a dinâmica operacional de editais e projetos junto à agência. Sinalizou que orientação da diretoria é operacionalizar editais de valores superiores R\$ 10 milhões e projetos de no mínimo R\$ 1 milhão.

As ações foram aprovadas por unanimidade, condicionadas à avaliação de operacionalidade técnica pelas agências e à avaliação dos Termos de Referência por meio de consulta eletrônica, por parte do Comitê Gestor.

3.6. Documentos do Fundo Setorial

Documento de Diretrizes

Mediante observações realizadas pelos membros do Comitê Gestor a respeito da versão preliminar da Nota técnica, o CGEE contratou o pesquisador Roberto Vilas Boas como consultor responsável pelo processo de elaboração do Documento Diretrizes. Uma oficina será agendada pelo CGEE para discussão da minuta do Documento.

O Sr. Elzvir parabenizou o CGEE pela escolha do consultor e sugeriu que as Diretrizes contemplem as diretrizes governamentais de CT&I, as diretrizes e políticas setoriais (Plano Nacional de Mineração de 2030) e a política industrial e tecnológica nacional (Plano Brasil Maior).

O Presidente cumprimentou o CGEE pela iniciativa de incluir os membros no processo de construção do documento, o que permitirá que o Documento de Diretrizes contemple as prioridades definidas pelo Comitê.

Regimento Interno

O Sr. Elzvir inicialmente levantou a questão sobre a nomenclatura do Fundo, já que a lei e decreto específicos não especificam o nome do Fundo, e sugeriu o termo "Fundo Setorial Mineral", pois englobaria os conceitos de transformação e produção e não somente exploração dos recursos minerais. O Presidente do Comitê expressou que o nome tradicionalmente usado, Fundo Setorial de Recursos Minerais, parece ser suficiente e adequado. Esta matéria será analisada do ponto de vista técnico e legal e será colocada em discussão novamente na próxima reunião.

O Sr. Edmilson Costa, que acompanhava a reunião a pedido do membro do setor empresarial, levantou na

discussão sobre o Art. 4º a questão a respeito da figura do suplente, já que a indicação eventual de um representante não nomeado legalmente pode gerar dúvidas a respeito da legitimidade das decisões tomadas por meio de seu voto. Desta maneira, também em concordância com o Presidente do Comitê, foi solicitada a avaliação a respeito da possibilidade da criação da figura de um suplente nomeado legalmente.

O Representante da Comunidade acadêmica colocou que a redação do Art 9º da Lei 9.993/2000, ao mencionar que apenas os membros representantes da comunidade científica e do setor produtivo serão investidos e possuem mandatos de dois anos, leva à interpretação de que os demais membros não possuem mandatos específicos, o que permitiria a figura do representante substituto, conforme previsto na minuta do Regimento Interno.

Esta matéria será analisada do ponto de vista técnico e legal e será colocada em discussão novamente na próxima reunião.

Os demais membros fizeram sugestões de alteração na minuta do documento e ficaram de encaminhá-las formalmente para análise técnica e legal.

Manual Operativo

O representante da comunidade científica alertou para a necessidade da inclusão do termo “federal” em “Órgão ou entidade da administração pública direta e indireta federal, estadual, distrital ou municipal (...)”, na subseção (a), da seção 5.3. e sugeriu a uniformização da redação ao longo dos documentos de Regimento Interno e Manual Operativo da expressão “Ciência, Tecnologia e Inovação” que deve substituir o termo mais restrito “Ciência e Tecnologia”.

Os demais membros também fizeram sugestões de alteração na minuta do documento. O Presidente do Fundo agradeceu a dedicada e acurada análise por parte dos membros e solicitou que as sugestões fossem enviadas para a secretaria técnica do Fundo. De posse destas, seguir-se-ia uma análise sobre a possibilidade de inclusão das sugestões e uma posterior apresentação do documento ao Comitê com as inclusões e justificativa das rejeições.

3.7. Outros assuntos

Calendário de Reuniões

As próximas reuniões ficaram previstas para 03 de junho, 09 de setembro e 02 de dezembro de 2013.

Encerrada a pauta, o Presidente abriu a palavra para os membros colocarem outros assuntos.

Outros

O Sr. Elzvir destacou o acontecimento do II Seminário em Inovação em Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Tal evento visa promover a cultura de investimento em PD&I entre os representantes do setor produtivo e representa um esforço conjunto entre CNI, SGM, SETEC e CETEM. O evento será sediado em Brasília, na CNI, nos dias 12 e 13 de junho. Registrou ainda a importância de convidar o CETEM para as Reuniões do Comitê.

O Sr. Edmilson reconheceu a importância do convite ao CETEM, mas alertou a necessidade de cautela nos convites, frente a existência de outras instituições da mesma natureza, de forma a evitar desconfortos.

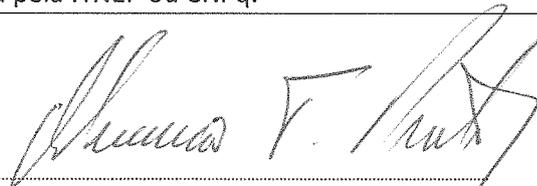
O Presidente fez uma avaliação positiva sobre a reunião e os encaminhamentos a respeito dos temas complexos. Agradeceu a contribuição de todos e a importância da mesma para o fortalecimento do Fundo, declarando, então, encerrada a reunião.



SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES

1. Aprovar, com a inclusão das acima mencionadas alterações, as Atas da 1ª Reunião Extraordinária do Fundo Setorial de Recursos Minerais de 2012 e da 27ª Reunião Ordinária do Fundo Setorial de Recursos Minerais;
2. Aprovar a ação, a ser executada por meio de edital, para apoio de pesquisa, desenvolvimento e inovação, e formação de recursos humanos nas áreas de lítio, carvão mineral e agrominerais, com projetos de R\$ 300 a 400 mil. Com um prazo de desembolso de dois anos e vigência de quatro anos, no valor total de R\$ 4 milhões, a ação será executada preferencialmente pelo CNPq;
3. Aprovar a ação, a ser executada por meio de edital, na temática de terras raras para apoio de projetos cooperativos de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão. A ação contará com o aporte de R\$ 4 milhões do fundo CT-Mineral e R\$ 5 milhões das ações transversais. Com um prazo de desembolso de dois anos e vigência de quatro anos, no valor total de R\$ 9 milhões. No momento da avaliação do Termo de Referência, analisar-se-á a possibilidade de ajuste no intervalo de valor dos projetos. A ação poderá ser executada pela FINEP ou CNPq.

Brasília, 04 de março de 2013.



Alvaro Toubes Prata
Presidente do Comitê Gestor do CT-MINERAL

Alvaro Toubes Prata

Secretário

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI